

Repúdio à farsa de compromissos com o FMI*

Ajuste não reduzirá emprego, diz Funaro

22 OUT 1985 *Economia Brasil*

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O programa de ajustamento econômico do governo Sarney será realizado sem reduzir salários ou empregos, disse, ontem, no Rio, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, ao enfatizar o repúdio à "farsa de compromissos com o FMI em torno de programas de ajustamento que sabidamente não poderiam ser cumpridos".

Ao abrir o 26º Congresso Latino-Americano de Siderurgia, Funaro apontou as transferências de renda para o Exterior, através dos superávits da balança comercial, como a causa da substituição da dívida externa por endividamento interno. "O ajuste externo terminou por se traduzir em um desajuste interno: cresceram os encargos financeiros do governo, elevaram-se as taxas de juros domésticas e foram notórios os efeitos sobre o nível de preços, o nível de atividade econômica e o nível de emprego", assinalou.

O ônus do endividamento externo, segundo o ministro da Fazenda, precisa ser carregado entre países industrializados e em desenvolvimento, com a divisão da responsabilidade pela restauração de um padrão sustentado de comércio e o equilíbrio das contas correntes. Isso porque, como enfatizou, os programas de estabilização praticados pelos países devedores, entre os quais o Brasil, foram sensivelmente prejudicados pelos efeitos da política econômica dos países industrializados, caracterizada por altas taxas de juros reais, aumento do protecionismo, deterioração dos preços dos produtos básicos de exportação e subsídios à exportação e produção agrícola.

Funaro rejeitou a hipótese de realizar um programa econômico brasileiro subordinado às prévias condições do FMI. "Vamos realizar um programa que reflita as responsabilidades do governo com seu povo, e que será submetido ao Congresso Nacional", afirmou o ministro da Fazenda, acrescentando que "o Brasil não pode mais esperar pelo reordenamento da economia internacional para retornar aos caminhos do desenvolvimento".

EMPREGOS

Na entrevista após seu pronunciamento, o ministro da Fazenda reiterou o compromisso do governo Sarney de criar novos empregos, informando que este ano o nível de empregos já cresceu 5,7%, com a absorção de 1.500 mil trabalhadores. "Um crescimento sustentado", disse, "constitui uma das preocupações mais importantes do governo Sarney".

Funaro definiu, como premissas do pacto social, a retomada do crescimento econômico e a garantia de que também cresceram os salários reais. "Da mesma forma como o governo não permitirá que as empresas repassem os aumentos de salários para seus preços, também acredita que os trabalhadores estejam conscientes de que a recuperação de seus salários não poderá ocorrer de forma muito rápida". Esclareceu, ainda, que o governo não oficializará a trimestralidade na concessão de reajustes salariais ou o salário-móvel, admitindo que os empresários poderão conceder essas vantagens, se dispuserem de condições para tanto, "desde que não transfiram seus efeitos para os preços de seus produtos".